



Autoridades cognitivas versus autoridades eclesiais e espirituais: as comunidades evangélicas brasileiras e a desinformação

Cognitive authorities versus ecclesiastical and spiritual authorities: Brazilian evangelical communities and information

Márcia Feijão de Figueiredo ^{a,*} 

Marianna Zattar ^b 

RESUMO: Esse texto tem por objetivo estabelecer um diálogo sobre o conceito de autoridade cognitiva a partir da comunidade evangélica brasileira e suas autoridades eclesiais e espirituais para compreender o fenômeno da desinformação nesse segmento. Para essa reflexão apresenta dados sobre o crescimento exponencial desse grupo nas últimas décadas, o tratamento utilizado durante esse período pela mídia tradicional e, em contraponto, uma pesquisa do Instituto de Estudos da Religião com tópicos elencados por mulheres sobre a relação com a igreja. Em seguida, descreve os conceitos utilizados nas comunidades evangélicas para as autoridades eclesiais, que podem ser atribuídas através de cargos administrativos, a autoridade espiritual, que se estabelece através do reconhecimento dos membros sem possuir cargo formalizado e, nos ambientes digitais, a ascensão de autoridades espirituais como influenciadores e youtubers, que detém junto às comunidades liderança dentro e fora das igrejas. A partir desse contexto aponta-se o uso do conceito de autoridade cognitiva e suas novas categorias, a saber: as autoridades cognitivas genuínas a as pseudo autoridades cognitivas. Estabelece como tais autoridades fazem sentido nas relações entre autoridades religiosas e a comunidade evangélica. Para finalizar, o artigo aponta as primeiras observações sobre a relevância dessas autoridades, vistas pelos membros como fontes confiáveis de informação e a necessidade de criar uma agenda de pesquisa aprofundando os estudos no campo de estudos da informação, especialmente da ética da informação sobre a desinformação nas comunidades evangélicas brasileiras.

Palavras-chave: Autoridade Cognitiva; Autoridade religiosa; Comunidade Evangélica; Desinformação.

ABSTRACT: This text aims to establish a dialogue about the concept of cognitive authority from the Brazilian evangelical community and its ecclesiastical and spiritual authorities to understand the phenomenon of disinformation in this segment. For this reflection, it presents data on the exponential growth of this group in recent decades, the treatment used during this period by the traditional media and, in contrast, a survey by the Institute of Religious Studies with topics listed by women about their relationship with the church. Then, it describes the concepts used in evangelical communities for ecclesiastical authorities, which can be attributed through administrative positions, spiritual authority, which is established through the recognition of members without formalized positions and, in digital environments, the rise of authorities spiritual influencers and youtubers, who hold leadership within and outside the churches with communities. From this context, the use of the concept of cognitive authority and the new categories, genuine cognitive authorities and pseudo cognitive authorities, and how these terms make sense in the relations between religious authorities and the evangelical community are pointed out. Finally, the article points out the first observations on the relevance of these authorities, seen by members as reliable sources of information and the need to create a research agenda deepening studies in information science and information ethics on disinformation in evangelical communities Brazilian.

Keywords: Cognitive Authority; Religious Authority; Evangelical Communities; Disinformation.

^a Departamento de Processos Técnico-Documentais, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

^b Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Márcia Feijão de Figueiredo. E-mail: marcia.feigueiredo@unirio.br.

Recebido em/Received: 29/08/2023; Aprovado em/Approved: 27/11/2023.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira convive há alguns anos com uma série de afirmações disseminadas em diferentes espaços de interação (aplicativos, mídias sociais) no ambiente web/ internet cuja veracidade pode ser questionável ou, ainda, totalmente refutável. Tais espaços não possuem qualquer compromisso com a veracidade da informação em países onde não existem leis de regulação da internet e, com isso, contém elementos de desinformação e o fenômeno da pós-verdade. O desconhecimento ao avaliar uma informação e a desconsideração do fato em detrimento da opinião traz como um desafio no âmbito das informações falsas, imprecisas e enganosas a autoridade.

Um exemplo recente foi, na pandemia de COVID 19, o descrédito às vacinas e, ao mesmo tempo, a adesão aos remédios que "aumentavam a imunidade". Tais posicionamentos foram amplamente defendidos por diferentes pessoas que se apresentavam como autoridades sem qualquer compromisso com a responsabilidade. Neste caso, constatou-se que, de forma direta, se a população tivesse tomado todas as doses da vacina a partir do momento em que foram oferecidas ao invés de comprar “kits covid” poderia ter evitado mortes no país. As mortes oficiais por COVID chegaram a setecentos mil (no site Painel Corona Vírus é de 704.488 óbitos no dia 19 de julho de 2023). Embora tenha afetado significativamente toda a sociedade, não é “só” a pandemia de COVID 19 que pode ser identificada como exemplo do negacionismo científico ou do fenômeno da pós-verdade. Outros assuntos, como por exemplo a emergência climática vem sendo palco de disputas de poder a partir da validação da opinião e da relativização da pessoa ou instituição que vem assumir ou ser reconhecida como autoridade.

A autoridade é parte vital de diferentes campos da sociedade e, por isso, não é diferente em ambientes religiosos. Prova disso foi o impacto nas comunidades evangélicas brasileiras, o que fomentou um ambiente hostil e apto à criação, disseminação e uso de desinformação. Assim, este artigo tem por objetivo trazer uma discussão sobre relação entre autoridades cognitivas e as autoridades eclesiais e espirituais. Para tanto, tem-se como ponto de partida a autoridade como critério de avaliação de fontes de informação. Para Japiassu e Marcondes o argumento da autoridade é fundamentado no “valor moral ou intelectual de alguém tendo certo prestígio ou exercendo certo poder” (2015, p. 22).

Aqui utilizaremos as seguintes atribuições: a autoridade eclesial, instituída por meio de cargos; a autoridade espiritual, atribuída pelos membros no cotidiano durante as práticas religiosas; e as novas “autoridades religiosas” que inclui pessoas famosas cristãs com visibilidade digital, atualmente vistas como influenciadores e/ou youtubers (Cunha 2022 *apud* Campbell, 2010). A escolha por igrejas evangélicas, nesse primeiro momento, é escolhida porque já existem diversas pesquisas que sustentaram esse trabalho em outras áreas de conhecimento nas ciências humanas e sociais. Os estudos sobre desinformação em outras comunidades cristãs podem fazer parte de uma

agenda de pesquisa para os próximos anos, considerando, por exemplo, as comunidades católicas.

Assim, ainda que de forma breve apontaremos alguns dados sobre a igreja evangélica brasileira, para tornar mais evidente os conceitos utilizados no ambiente religioso. Algumas observações elencadas são pouco difundidas no ambiente secular.

Todos esses dados serão refletivos a partir do conceito de *autoridade cognitiva* e das novas variações apontadas na literatura, como a *pseudo autoridade cognitiva* e *autoridades cognitivas genuínas*. A hipótese é que há uma confusão entre a atribuição de autoridades nesse segmento, e como algumas pessoas são consideradas fontes confiáveis, mas não estão aptas a esse adjetivo na esfera científica, e isso contribui o cenário contemporâneo de desinformação na sociedade brasileira.

Ressalta-se que não se pretende fazer um levantamento exaustivo sobre autoridade cognitiva ou sobre o perfil das comunidades evangélicas brasileiras e sim promover uma reflexão preliminar no contexto da ética da informação.

A discussão contemporânea tem tido vários atores desse segmento e compreender como as falas afetam a comunidade e são vistas fora dela podem ajudar no combate à desinformação, que podem ser úteis em outros grupos e meios organizados para fins religiosos. Antes de prosseguir, cabe ressaltar, que não há qualquer manifestação que relacione diretamente ou condicione a religião ou as pessoas religiosas à desinformação na medida em que a discussão quer trazer uma problematização em torno da noção de autoridade. Tema essencial para o debate sobre a desinformação no campo de estudos da informação. A autoridade aqui apontada é no que tange ao cargo e também a visão de outros membros sobre o indivíduo, a quem é atribuído esse adjetivo.

A COMUNIDADE EVANGÉLICA NO BRASIL E AS AUTORIDADES CONSTITUÍDAS E ATRIBUÍDAS

O estudo sobre a comunidade evangélica exige que seja apresentado o perfil dos evangélicos brasileiros e algumas características que os tornam diferentes de outras igrejas cristãs para que possamos, a partir disso, tratar dos conceitos de autoridade cognitiva no sentido mais clássico e as novas variações desse conceito.

As igrejas evangélicas brasileiras, o aumento de membros nas últimas décadas e os estereótipos da imprensa tradicional e relação com a política

A desinformação e as consequências da circulação ocorrem em todo o país, porém é possível observar que existe um segmento muito afetado por dados irreais, distorcidos ou misturados a informações antes verídicas. Tal segmento é formado por pessoas pertencentes às comunidades evangélicas brasileiras, de corrente histórica ou pentecostal (Instituto Nutes 2021). Nessa seção pretende-se apontar algumas

características do grupo de evangélicos para contextualizar a adoção de autoridade no ambiente religioso.

Para o tratamento do texto, em vez de utilizar o termo protestante optou-se pelo uso da palavra evangélico porque é a forma usual de tratamento das pessoas que se intitulam cristãs e não pertencem as igrejas católicas. Nesse contexto trata-se de membros de igrejas cristãs protestantes de denominações histórico e pentecostal, apesar do uso corrente da palavra por religiosos de católicos, espíritas e espiritualistas e coaduna com a afirmação de Gonçalves (2022): “Assim, o termo evangélico, num primeiro momento, teve uma função muito parecida com o uso no contexto europeu: um termo que serviu para incorporar, para dar uma certa autonomia e identidade a um grupo não católico”.

Na América Latina, o termo “evangélico” “[...] recobre o campo religioso formado pelas denominações cristãs nascidas na e descendentes da Reforma Protestante europeia do século XVI. Designa tanto as igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista e Batista) como as pentecostais (Congregação Cristã no Brasil, Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção, Universal do Reino de Deus etc.)” (Mariano 1999, p. 10 apud Alvim 2022, p. 17)

O Brasil é um país que, até algumas décadas atrás, era considerado eminentemente católico, de acordo com o IBGE de 1991 os evangélicos eram 13% da população brasileira (Novaes 1998). Em 1992 houve uma pesquisa coordenada pelo Rubem Cesar Fernandes, do Núcleo de Estudos do Instituto de Estudos da Religião (ISER) que já apontava a existência de 4.000 igrejas na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, curiosamente considerado o menos católico pela mesma pesquisa.

Com o objetivo de avaliar o ritmo deste crescimento, recorreu-se a registros publicados pelo Diário Oficial nos três anos anteriores. Os resultados deste levantamento foram surpreendentes: mais de cinco novas igrejas foram fundadas e registradas por semana naqueles anos. Ou seja, mais do que uma Igreja por dia útil. E, entre as 71 O Igrejas fundadas, durante os mesmos três anos, no Rio de Janeiro e sua periferia, nada menos do que 91,26% são pentecostais e 80% delas se localizam nas áreas mais carentes. [...] Em outras palavras, na região metropolitana do Rio de Janeiro, quanto mais pobre é a área, menos católica ela continua sendo e mais pentecostal ela se torna. (Novaes 1998, p. 9).

Se considerarmos que essas novas igrejas locais realizaram atividades de evangelismo (busca de novos membros para sua denominação) no seu entorno o resultado é perceptível em curto prazo. Cerca de vinte anos depois há uma grande mudança de perfil dos brasileiros com relação a religião. O número de pessoas que se declaram evangélicos aumenta em cerca de dez por cento com relação ao censo de 1991:

No Censo de 2010, realizado pelo IBGE, a população brasileira era composta por 190.755.799 pessoas, distribuídas em 5.565 municípios e em mais de 67,5 milhões de domicílios. Como pode ser

visto no gráfico abaixo, 64,99% da população se declarou católica, enquanto 22,89% afirmou ser evangélica. (Pestana 2021)

Para a busca por dados recentes é necessário observar que, de acordo com Pestana (2021) há uma lacuna do IBGE pelo atraso ocorrido no Censo, e o autor apresenta como alternativa os dados de uma pesquisa realizada pelo Datafolha em 2020:

Ainda que tenhamos uma margem de erro de 2% em todos os índices, é possível notar uma mudança significativa na proporção de católicos: em 2010, representavam 64% da população, em 2020, um total de 50%, podendo esse número variar entre 48% e 52%. É possível perceber também um aumento considerável de evangélicos: de 22% para 31% (29% – 33%) da população. (Pestana 2021).

Assim, de 1991 para 2020 o percentual pula de 13 % para cerca de 30% da população, ou seja, o número de brasileiros que se declaram evangélicos mais do que dobra em trinta anos e o comportamento muda durante todo esse período. Na Pesquisa Datafolha aponta que na Região Norte (berço da Assembleia de Deus no Brasil) possui o maior número de adeptos e chega a 39% da população, e na Região Nordeste os dados apontam 27 % de evangélicos, o menor percentual dentre as regiões brasileiras. Na Nota Técnica do Centro de Estudos da Metrópole da USP consta o número de igrejas evangélicas no Brasil em 2019:

Entre 1970 e 1990, o número de templos evangélicos cresceu mais de 16 vezes, passando de 1.049 para 17.033; em 2019, existiam 109.560 Igrejas Evangélicas, das mais diversas denominações, espalhadas pelas 27 Unidades Federativas (UFs) do Brasil; [...] Em 2019, último ano da série analisada, foram abertas 6.356 Igrejas Evangélicas no Brasil, uma média de 17 novos templos por dia (Araújo 2023).

Esses dados demonstram que é necessário observar esse segmento e como as opiniões e rotinas reverberam na sociedade brasileira. O que se pode perceber também é que a mídia brasileira não conseguiu compreender ou espelhar as características dos evangélicos e insiste em levantar lideranças ou denominações para apontar o *modus operandi*. Esses estereótipos foram apontados recentemente por Alvim (2022) e em pesquisas do Instituto de Estudos da Religião - ISER (2020; Cunha 2022).

Para apontar como a imprensa trata os evangélicos no Brasil Alvim (2022, p. 68) fez um levantamento metodológico de 118 chamadas de capa e 244 matérias produzidas pelos jornais O Globo e A folha de São Paulo nos anos 1985 até 2020, de cinco em cinco anos. E a análise do discurso aponta direcionamentos que, de certa forma, conduziu os leitores não adeptos de igrejas evangélicas pelos olhares dos produtores de informação.

Depois de esmiuçar mais de 240 matérias produzidas pelos jornais O Globo e Folha de S. Paulo, sinto segurança em afirmar que o *discurso jornalístico foi conduzido por um estranhamento diante da emergência evangélica no Brasil*, ratificando o estranhamento da imprensa em relação aos evangélicos já destacado por Santos

(2020). Nos primeiros anos estudados, tal estranhamento se deu em relação aos costumes desses religiosos, à estruturação das igrejas e ao papel do dinheiro na relação entre fiéis, pastores e igrejas. Nos anos mais recentes, evidenciou-se o estranhamento quanto à atuação política desses religiosos. (Alvim 2022, grifo nosso).

O estranhamento sobre os costumes e, posteriormente, do envolvimento na política não pautaram uma busca mais profunda sobre esse segmento. O que a autora observou em sua tese foi a adoção de igrejas e líderes como protagonistas pela imprensa e pouco espaço sobre as pessoas pertencentes aos núcleos das comunidades evangélicas. Sobre as denominações com maior número de matérias, a Igreja Universal é a que possui maior número de menções e em seguida a Assembleia de Deus, porém com um número muito menor do que a Universal durante o período da pesquisa. Pela contagem da autora, as demais denominações não têm espaço na imprensa tradicional:

Das 244 matérias do corpus, a Universal é foco de 169 matérias. A segunda denominação mais citada foi a Assembleia de Deus, foco de apenas quatro matérias (três na Folha e uma no Globo) — embora seja, segundo o Censo Brasileiro de 2010, a igreja evangélica com maior número de membros no país (IBGE, 2010). (Alvim 2022, p. 76, grifo nosso).

Outra posição da imprensa demonstra desconhecimento da cultura e dos hábitos dos membros das comunidades evangélicas pois, em vez de ouvir os religiosos e vivenciar os cultos e testemunhos, o jornalismo optou por compreender os religiosos por meio de estudos acadêmicos:

Observei que os especialistas foram peças importantes na construção do discurso da expansão e na delimitação de denominações evangélicas. O discurso jornalístico parte do conhecimento acadêmico para classificar as igrejas em dispositivos de captação. (Alvim 2022, p. 189, grifo nosso).

O que fica evidente para a autora é a parcialidade adotada pela imprensa para falar do segmento. Nesse ponto, Alvim é contundente: “No discurso dos jornais, a expansão das igrejas é ameaçadora, a relação delas com seus seguidores é desigual, sua presença na política é movida a barganhas e coloca em risco os princípios de uma sociedade moderna.” (2022, p. 188).

Considerando que o número de evangélicos no Brasil se aproxima da metade da população e há uma série de novos meios de comunicação sem o rigor editorial e/ou científico, novos atores e práticas dividem com a mídia tradicional a atenção e a confiança desse grupo. Uma pesquisa recente conduzida pelo ISER com 45 mulheres traz informações que ajudam na reflexão sobre elas no ambiente evangélico. As entrevistadas pertencem a 29 denominações diferentes, de todas as regiões brasileiras. A partir dos dados levantados pelo ISER (2020) alguns destaques foram evidenciados pela equipe. O primeiro é o papel da igreja na vida dessas mulheres, pontuados da seguinte maneira:

- Centralidade da igreja na vida e nas relações sociais;
- Alta frequência: maior parte vai à igreja no mínimo duas vezes por semana;
- Engajamento institucional e reconhecimento pelos trabalhos sociais realizados pelas igrejas;
- A pesquisa conseguiu mapear mais de 50 tipos de engajamentos diferentes dentro e fora das igrejas.
- Igreja como lugar de acolhimento, união e busca da paz. Lugar que restaura e edifica. (Estudos do Instituto de Estudos da Religião, 2020)

As entrevistadas apontaram que a igreja faz o papel que entendem pertencer ao Estado, como a assistência social e psicológica. As relações estabelecidas pela fé apontam o acolhimento e o atendimento humanizado dos necessitados. Para os pesquisadores que há um

Consenso de que o Estado deveria ser o responsável pelas políticas de assistência social desenvolvidas pelas igrejas - nos eixos que as igrejas mais exploram como distribuição de roupas/alimentos e dependência química, mas também saúde, educação e violência (Estudos do Instituto de Estudos da Religião 2020).

A pesquisa realizada pelo ISER também aponta como essas mulheres observam a política nos ambientes que elas frequentam, e há uma “Percepção negativa da relação entre religião e política. Comumente a política foi considerada como algo intrinsecamente ruim que corrompe as pessoas cristãs e gera a divisão da igreja”. (2020). Contudo há na mesma pesquisa a predileção por políticos que se declaram cristãos, pois “Políticos cristãos são valorizados por defenderem os interesses do povo cristão e por serem associados a bons valores (honestidade, ser “ficha limpa”)

Magali Cunha (2023) trouxe no seu artigo resultados mais robustos sobre “o uso intenso do WhatsApp no fortalecimento de redes de desinformação no segmento evangélico”, com os dados de um questionário aplicado para 1.650 pessoas em igrejas Batistas e Assembleia de Deus das cidades do Rio de Janeiro e de Recife (Cunha 2023, p. 100). “Entre os entrevistados, 61,9% dos evangélicos afirmaram que as notícias sobre política eram as mais frequentes”.

Este dado coloca em evidência os movimentos ocorridos nos últimos anos, que passaram incólumes pelos institutos de pesquisa nas eleições de 2018, por exemplo. Prova disso foi a desconsideração da influência da mídia social de trocas de mensagens na projeção dos resultados das eleições. A matéria da CCN Brasil indicou que “Pesquisas erram e divergem dos resultados das urnas” (Cerqueira, Reis, Moliterno e Sapio 2022). Viu-se que isto ocorreu ao não serem consideradas as interações estabelecidas em diferentes formas. Assim, notou-se que se a comunidade evangélica se informa pelo WhatsApp é possível pensar que também se articulam em favor de um candidato pelo mesmo aplicativo.

É também importante observar que, apesar do uso das redes sociais digitais ser feito de forma horizontal, existem agentes nas comunidades que possuem papel de liderança por atribuição administrativa e por reconhecimento de outros membros,

vistos como autoridades e que também atuam de forma vertical. Na próxima subseção aponta-se as principais autoridades evangélicas no Brasil.

Autoridades eclesiais, espirituais e novas autoridades religiosas: da atuação local a influência virtual

11 E ele designou alguns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas, e outros para pastores e mestres, 12 com o fim de preparar os santos para a obra do ministério, para que o corpo de Cristo seja edificado (Efésios 4 11-12, NVI).

Todas as igrejas têm uma organização administrativa similar porque tem como premissa seguir as orientações descritas na Bíblia, principalmente a partir do Novo Testamento, quando Jesus funda um ministério que depois chamou-se de cristianismo. Porém, como as igrejas evangélicas não possuem uma forma única de organização, cada denominação possui um *modus operandi* para atribuir cargos aos seus membros, que pode ser uma ação isolada de um líder local ou uma reunião de membros para, segundo as normas da denominação, aprovar ou eleger um membro da igreja para um dos cargos, que pode ser de obreiro, diácono, presbítero, pastores, bispos e, alguns casos, reverendos e apóstolos.

A partir de sites oficiais de algumas denominações é possível observar como é a dinâmica das funções eclesiais e administrativas. Nesse sentido podemos utilizar as páginas da Igreja Presbiteriana do Brasil¹, Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)², Igreja Pentecostal Deus é Amor (IPDA)³ e Igreja do Evangelho Quadrangular⁴. A escolha tem por objetivo apenas demonstrar essa similaridade administrativa e eclesial entre as denominações, e para estabelecer comparações, avaliações por gênero ou desenvolver metodologias cabe a realização de estudos mais profundos. Não foi possível apontar como exemplo a Assembleia de Deus porque não há um site único que contemple todas as denominações que fazem uso desse nome.

Esses cargos possuem competência administrativa e de liderança no cotidiano das igrejas. Eles ficam responsáveis pela limpeza do espaço (templo e prédio), contabilidade, administração, ação social⁵ (dentro e fora da igreja), atendimento psicossocial (quando possuem formação nessa área), gabinete pastoral (para acolhimento e aconselhamento), organização por segmentos (grupos de mulheres,

¹ Site Oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil. Disponível em : <http://www.ipb.org.br> Acesso em: 28 julho 2023.

² Site oficial da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Disponível em: <https://www.universal.org/> Acesso em: 31 jul. 2023.

³ Site Oficial da Igreja Pentecostal Deus é Amor. Disponível em: <https://ipda.com.br/home> Acesso em: 31 jul 2023.

⁴ Site Oficial da Igreja do Evangelho Quadrangular. Disponível em: <https://quadrangular.com.br/> Acesso em: 31 jul. 2023.

⁵ No site da Igreja Universal do Reino de Deus há uma página apenas para divulgação dessas ações. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/categoria/acao-social/> Acesso em: 31 jul. 2023.

grupos de oração, espaço infantil, adolescentes), cadastro de grupos nos lares (células), entre outros, conforme o tamanho da igreja⁶. Assim como é na atribuição de cargos, a organização e atribuição de tarefas é decidido em cada denominação. Em grande parte das denominações há uma concentração de ações locais, e o uso da internet é para divulgação das atividades no espaço físico⁷. A Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil⁸ pontua como se estabelece a autoridade dos que são escolhidos em assembleia e dos que governam a igreja.

2º. A autoridade dos que governam é de ordem e de jurisdição. É de ordem, quando exercida por oficiais, individualmente, na administração de sacramentos e na impetração da bênção pelos ministros e na integração de concílios por ministros e presbíteros. É de jurisdição, quando exercida coletivamente por oficiais, em concílios, para legislar, julgar, admitir, excluir ou transferir membros e administrar as comunidades. (Igreja Presbiteriana do Brasil s.d. grifo nosso)

Esses cargos também costumam ser responsáveis pela condução do culto (ou reunião), da abertura, louvor, recados, ministração da Palavra e o fechamento por meio de uma palavra de oração (em alguns lugares chamado de bênção apostólica). Como possuem notoriedade dentro da denominação é comum que membros e visitantes costumeiros conheçam pelo nome e se remetam a eles, seja no final do culto ou em dias combinados para atendimento. Essa relação mais próxima gera uma confiança da comunidade nessas autoridades eclesiais e se reflete também fora do ambiente religioso, promovendo uma reputação nos moradores do entorno da igreja.

Além de autoridades com cargos dentro das igrejas é comum que membros dessas comunidades tenham um olhar diferenciado por parte de outros pela sua atuação. Como as autoridades eclesiais, as autoridades espirituais também atuam no local, em espaço físico, e convivem com os outros membros cotidianamente.

Essas autoridades espirituais por vezes são chamadas de irmãos de oração, missionários, profetas e evangelistas, e quando não tem um trabalho fixo dentro da igreja (ministérios) possuem ações informais de zelo pelo outro membro, como visitas no lar, em hospitais, prisões e cemitérios, com orações⁹, e assim possuem papel relevante em momentos de dor. Essa atenção da igreja aos membros e a comunidade do entorno é percebida no depoimento coletado pelo ISER:

⁶ No site da Igreja Presbiteriana do Brasil há uma demonstração dos tipos quando clica em Secretarias Nacionais, dentro do menu Sobre a IPB.

⁷ Divulgação de endereços no site, exemplo da IPDA. Disponível em: <https://ipda.com.br/onde-nos-encontrar> Acesso em: 31 jul. 2023.

⁸ A constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil encontra-se disponível em: <https://www.executivaipb.com.br/site/constituicao/constituicao.pdf> Acesso em: 02 ago. 2023.

⁹ Também disponíveis de forma online, através do preenchimento de um e-mail. Exemplo disponível em: <https://ipda.com.br/pedidos-de-oracao> Acesso em: 31 jul. 2023.

"A Igreja também é Centro Comunitário"; "tem centro de saúde, balcão de justiça, tem atendimento de psicólogo, advogado, cardiologista, dentista, a igreja é enorme, funciona uma faculdade batista também, funciona PRONATEC também, porque trazem de fora pra comunidade, porque minha igreja fica numa comunidade aqui em Salvador, chamada Ferreira Santos, uma comunidade bem carente então a igreja atende essa e as comunidades mais próximas [...] tem distribuição de sopa, tem distribuição de cesta básica, várias coisas, tem assistente social". Maria, parda, 30 anos, Igreja Assembleia de Deus, Salvador (Estudos do Instituto de Estudos da Religião 2022).

Cabe ressaltar que esses papéis podem mudar ao longo do tempo, irmãos com reconhecimento da comunidade de seu papel espiritual podem receber cargos eclesiais e pessoas com atribuição pastoral ou ministerial podem ser vistos depois como autoridades espirituais. Em ambos os casos a rotina de ação os conduz a uma reputação perante os demais membros. Nesse âmbito existem ainda questões de gênero e cargos, mas não cabe na proposta desse ensaio.

Eis que há um novo movimento no meio dos evangélicos nos últimos anos a partir da ampliação do uso da web/internet, das redes sociais digitais e das plataformas de *streaming* como o Youtube, que não vem necessariamente de uma ação de igrejas locais. Esse movimento de evangelização em massa pela internet promoveu novas "autoridades religiosas": personagens midiáticas, influenciadoras digitais (pastores, cantores gospel, youtubers, podcasters) que se tornam referência de conteúdo e comportamento para muitos evangélicos (Campbell, 2010)." (Cunha 2022, p. 97-98).

Para dar uma dimensão do alcance dessas pessoas pode-se citar o Pastor Antônio Júnior, com 12,9 milhões de inscritos no Canal que mantém no Youtube¹⁰. O Pastor também possui uma conta no Instagram com 3,4 milhões de inscritos¹¹. Outra figura midiática com milhões de inscritos é o evangelista Deive Leonardo, com 9 milhões de inscritos no seu Canal do Youtube¹² e 14,6 milhões de inscritos no Instagram¹³. As mensagens publicadas nesses canais são acessíveis as pessoas fora das igrejas e compartilháveis pelas redes sociais e WhatsApp e seus seguidores podem não ter vínculo em comunidades locais.

Para além da produção de impressos e da aquisição de espaços em rádios e na TV para pregar o Evangelho, com a internet, as mídias digitais trouxeram para este grupo religioso uma visibilidade nunca antes alcançada e novas práticas em torno da articulação, da

¹⁰ Dado verificado no Canal do Pastor Antonio Junior dia 19 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCKEM87jzVqdlfAdTroxNBfA>

¹¹ Dado verificado na conta do Pastor dia 19 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/pastorantoniojunior/>

¹² Dado verificado no Canal do evangelista dia 19 de julho de 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/channel/UCNMHZujkcJXErDXhLSGNVdA>

¹³ Dado verificado na conta do evangelista dia 19 de julho de 2023. Disponível em: @deiveleonardo

socialidade, da formação de novas comunidades. (Cunha 2022, p. 97).

As autoridades elencadas nesta seção demonstram a amplitude das ações no meio evangélico, mediante ações em espaços físicos nas igrejas e ambientes virtuais mantidos por influenciadores ou por igrejas com condições de investir em recursos audiovisuais. De acordo com a pesquisa de Cunha (2022, p. 97) essa ampliação de uso das tecnologias de informação e comunicação trouxeram novas perspectivas para o meio. A partir desse contexto podemos pensar a influência da autoridade sob a ótica das autoridades cognitivas porque há uma vasta desinformação no meio evangélico com pouco questionamento e por vezes alto engajamento.

AUTORIDADES COGNITIVAS

As pesquisas sobre autoridades cognitivas no campo de estudos da informação não se iniciaram há pouco tempo. Destaca-se nestas pesquisas o livro *Second Hand Knowledge*, publicado em 1983 por Patrick Wilson. O texto que completou quarenta anos e continua atual. Wilson discute as questões relacionadas à veracidade na avaliação de fontes de informação considerando a autoridade cognitiva que recomenda ou é autora. Tais questões relacionam-se com aquelas apresentadas por González de Gómez (2022, p. 181), que recentemente trouxe algumas orientações sobre as condições de verificabilidade e autenticidade da informação, visto que houve, nos últimos anos, “o surgimento incremental de práticas infocomunicacionais negacionistas e estratégias de desordenamento dos ambientes informacionais públicos ou coletivos visando a favorecer interesses particulares e imediatistas”.

Neste contexto a autora aponta nos regimes informacionais a figura do agente que “gera e legitima a informação, com ancoragem de ações estratégicas e intencionais” (González de Gómez 2022, p. 188). A autoridade cognitiva é um critério utilizado pela comunidade científica para avaliar se a informação é confiável sob o ponto de vista do agente, visto que o autor é reconhecido como alguém que possui conhecimento para isso.

Contudo, os agentes responsáveis pela autoria de informações com reconhecimento pelos pares possuem nuances e ações observadas por autores da ética da informação que podem apontar veracidade ou falseabilidade. Nessa etapa aponta-se o conceito clássico e as variações percebidas pela literatura.

Autoridade cognitiva: o conhecimento de segunda mão

O processo de construção do conhecimento perpassa à busca pela informação, que pode acontecer a partir das fontes originais ou secundárias. Quando o conhecimento se desenvolve de modo próprio pode-se afirmar que é o conhecimento em primeira mão e quando adquirimos conhecimento através de alguém esse conhecimento é de segunda mão. A pesquisa de Wilson (1983, p. vii) observa no início da década de oitenta

do Século XX que os bibliotecários estavam com dificuldades de fazer essa distinção do que era informação e desinformação, e por isso resolveu falar do conhecimento a partir da autoridade reconhecida entre os pares. O segundo capítulo intitulado Autoridade cognitiva passa a descrever o conceito adotado por Wilson sobre agentes que detêm legitimidades perante os pares sobre o conhecimento que dissemina. O autor pontua como as características do que ele chama de autoridade cognitiva:

- a. Autoridade cognitiva requer um relacionamento que envolve pelo menos duas pessoas; a autoridade de alguém é reconhecida por aquele indivíduo, o constitui num especialista, embora outra pessoa possa não reconhecê-la como tal; logo, é uma atribuição social de competência;
- b. Autoridade cognitiva é uma questão de [grau e/ou] formação (*degree*), podendo-se ter muito ou pouco sobre o assunto.
- c. Autoridade cognitiva é relativa à esfera de interesse e experiência de um indivíduo, em algumas questões pode-se falar com autoridade, enquanto que em outras situações pode não ter autoridade alguma;
- d. Autoridade cognitiva implica o exercício de um tipo de influência, que não está relacionada a autoridade administrativa;
- e. Autoridades cognitivas são aquelas consideradas fontes credíveis de informação (Figueiredo e González de Gómez 2011 *apud* Wilson 1983, 13-15)

As autoridades cognitivas possuem valor epistêmico tanto pelo estoque de conhecimento utilizado para questões fechadas como para suas opiniões, quando acionado para perguntas abertas, e se estende também as suas atitudes e postura nessas situações (Wilson 1983, p. 18). Contudo, novas categorias são apontadas por Froehlich para essa terminologia, as *autoridades cognitivas genuínas* e seu oposto, as *pseudo autoridades cognitivas*.

Autoridades cognitivas genuínas e pseudo autoridades cognitivas

Quando Froehlich aponta critérios de credibilidade atrelados a ética da informação e de sua comunicação, o autor trata de uma autoridade cognitiva genuína, com interesse em proporcionar informações baseadas em fatos e evidências. Mas o autor observa que elas sofrem por ações de agentes tido como pseudo autoridades cognitivas que distorcem e descredibilizam informações ou conhecimentos genuínos e verificados.

A autoridade cognitiva genuína envolve alguma avaliação intelectual sobre credibilidade e confiabilidade da autoridade. Quando se pensa em uma autoridade cognitiva, tende-se a pensar em um processo racional, reunindo evidência sobre se alguém ou instituição é uma autoridade cognitiva real. (Froehlich 2019, p. 129, tradução nossa).

Enquanto as autoridades cognitivas genuínas apresentam aferimento que lhes garante uma credibilidade no seu entorno, outros agentes utilizam estratégias que não possuem a mesma credibilidade. González de Gomez (2022, p. 189) observa em Froehlich que elas “teriam surgido e sustentado as ondas autoritárias do trumpismo,

empenhadas na construção, com o apoio das redes digitais, das atmosferas anti-iluministas que alimentam realidades alternativas e os círculos da pós-verdade”. Essa observação caberia também no território brasileiro.

Como as notícias falsas se estabelecem e como são perpetuadas? Uma das principais forças é a das *pseudo autoridades cognitivas* e como elas permitem a criação e disseminação de notícias falsas reais (por exemplo, propaganda), principalmente por meio do autoengano coletivo, e como isso desacredita as notícias de boa-fé (Froehlich 2019, p. 117, tradução nossa).

No mesmo artigo o autor aponta para ações de autoengano desde o individual até chegar no autoengano social e coletivo. Nessa etapa, Froehlich (2019, p. 122) observa que “o apoio dos cristãos evangélicos brancos a Donald Trump constitui uma forma de autoengano coletivo”. Dentre várias observações do autor, há o uso de questões morais e da liberdade de opinião.

Quando o autor trata de autoridades cognitivas, aponta a amplitude do reconhecimento epistêmico de autoridades pelas pessoas como Wilson fez na sua obra: “Autoridades cognitivas incluem líderes religiosos, canais de notícias de televisão, jornais, organizações, amigos e associados do grupo, etc.” (Froehlich 2019, p. 129).

AUTORIDADES, DESINFORMAÇÃO E A COMUNIDADE EVANGÉLICA BRASILEIRA

A proposta desta pesquisa consiste em apresentar a autoridade nos ambientes evangélicos sob a ótica da autoridade cognitiva porque existe uma postura da igreja através de seus membros e líderes de reconhecer o valor da informação apresentada por eles nos púlpitos religiosos, em listas de transmissão e nos grupos de mensagens e interação.

De acordo com Wilson, o reconhecimento epistêmico de autoridades desse circuito é válido porque a “autoridade cognitiva pode se estender a qualquer tipo de questão: moral, religiosa, política, estética, técnica, científica, filosófica - e ser exercida em áreas onde todas as questões estão abertas e espera-se que permaneçam abertas indefinidamente” (Wilson 1983, p. 18, tradução nossa).

“O uso intenso das mídias sociais como ‘um novo ir à igreja’, é uma dessas práticas, associada ao sentimento de pertença à comunidade que gera uma imagem de líderes e irmãos como fontes confiáveis de notícias” (Cunha 2022).

Conforme observado pelo autor sobre as características das autoridades cognitivas, além do reconhecimento do conhecimento, há um aceite pelo seu meio das opiniões e atitudes durante as práticas infocomunicacionais, que pode entrar em atrito com outras áreas de conhecimento que sustentam a sociedade, como a ciência. O aceite inquestionável e sem qualquer crítica das falas religiosas pode promover

desinformação, ao mesmo tempo que as mídias tradicionais perdem espaço de atuação e promoção de informação.

CONCLUSÃO

Este artigo não teve como objetivo ser exaustivo, mas apresenta uma agenda epistêmica de reflexão dos agentes religiosos sobre o olhar da ética da informação, que pode se desdobrar em um estudo mais profundo do conceito de autoridade cognitiva sobre essa vertente e o viés político que se apresenta atualmente.

Para uma agenda de pesquisa também é necessário apontar a relação com a desinformação a partir dos perfis de igrejas evangélicas históricas e pentecostais, por gênero, região brasileira, nível de instrução e renda familiar/per capita. Como as igrejas e os perfis de evangélicos são estratificados por esses tipos de dados, pode-se observar se há um consenso ou se determinados grupos possuem mais ou menos resistência a dados pouco fundamentados. Também é interessante levantar mais dados para estudos com essa mesma temática para grupos católicos, e compreender como isso afetou a comunidade e por conseguinte os grupos sociais onde pertencem.

Cabe, portanto, a inclusão de perfis religiosos nos estudos de ética da informação e desinformação no campo de estudos da informação e suas áreas correlatas a fim de considerar a comunidade acadêmica sobre o ambiente evangélico brasileiro e como pode contribuir para o estabelecimento de um diálogo que respeite as regras de fé e as evidências científicas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Victor, 2023. Surgimento, trajetória e expansão das igrejas evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). *Nota Técnica do Centro de Estudos da Metrópole*, Universidade de São Paulo, 17 maio 2023. [Acesso em 31 julho 2023]. Disponível em:

https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/ce_m_na_midia_anexos/NT20.pdf.

ALVIM, Mariana Freitas, 2022. *Os evangélicos segundo a imprensa: discursos e enquadramentos na produção de O Globo e Folha de S. Paulo de 1985 a 2020* [em linha]. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo [Acesso em 19 junho 2023]. Disponível em: <https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/31007>

CERQUEIRA, Carolina, REIS, Daniel, MOLITERNO, Murilo, SAPIO, Marcelo, 2022. Pesquisas erram e divergem dos resultados das urnas. *CNN Brasil*, 03 out. 2022. [Acesso em 19 julho 2023]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/resultados-das-urnas-divergem-de-pesquisas-eleitorais/> .

CUNHA, Magali, 2023. As marcas das mídias sociais no voto das mulheres evangélicas. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 22, no. 42, p. 95-106. [Acesso em 19 junho 2023]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/131025/88215>

FROEHLICH, Thomas, 2019. The role of pseudo-cognitive authorities and self-deception in the dissemination of fake news. *Open Information Science [online]*, 3, n. 1, p. 115-136. [Acess to 30 june 2023]. Disponível at: <https://doi.org/10.1515/opis-2019-0009>

FROELICH, Thomas J., 2017. A Not-So-Brief Account of Current Information Ethics: The Ethics of Ignorance, Missing Information, Misinformation, Disinformation and Other Forms of Deception or Incompetence. *BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentación [online]*. Dezembro 2017, no. 39. [Acesso em 31 maio 2023]. Disponível em: <http://bid.ub.edu/en/39/froehlich.htm>

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide, 2022. Orientações contemporâneas da Ciência da Informação: vinculações com a epistemologia social. *Museologia & Interdisciplinaridade [em linha]*, vol. 11, no. 22, p. 179-198. [Acesso em 19 junho 2023]. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/issue/view/2249>

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO, 2022. *Mulheres evangélicas para além do voto: concepções sobre política e cotidiano*. 30 setembro 2022. [Acesso em 19 junho 2023]. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/mulheres-evangelicas-para-alem-do-voto-concepcoes-sobre-politica-e-cotidiano/>

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. *Pesquisa do ISER que relaciona mulheres evangélicas, cotidiano e voto é debatida em revista científica*. 04 maio 2023. [Acesso em 02 agosto 2023]. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/pesquisa-do-iser-que-relaciona-mulheres-evangelicas-cotidiano-e-voto-e-debatida-em-revista-cientifica/>

INSTITUTO NUTES de Educação em Ciências e Saúde, 2021. *Caminhos da desinformação: evangélicos, fake news e WhatsApp no Brasil: relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo, 2015. *Dicionário básico de Filosofia*. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Zahar.

NOVAES, Regina Reyes, 1998. Apresentação. Em: Rubem César Fernandes et al (eds.). *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na política e na igreja [em linha]*. Rio de Janeiro: MAUAD. [Acesso em 19 junho 2023]. Disponível em: <https://iser.org.br/publicacao/novo-nascimento-os-evangelicos-em-casa-na-politica-e-na-igreja/>

Painel Corona Vírus, 19 de julho de 2023 [Acesso em 19 julho 2023]. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

PESTANA, Matheus, 24 agosto 2021. As religiões no Brasil. *Religião e Poder [on line]*. [Acesso em 20 junho 2023]. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/a-influencia-das-religoes-no-brasil/>.

WILSON, Patrick, 1983. *Second-hand knowledge: an inquiry into cognitive authority*. Westport, Connecticut: Greenwood Press. ISBN 0-313-23763-8